

Desafio contemporâneo à natureza da ciência jurídica: Constelação Familiar

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Iasmin Aparecida De Souza Mendes
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Leticia Da Silva Almeida
Felipe Silva Campos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BELO HORIZONTE - UNIDADE ANTONIO CARLOS

Introdução

Em seu livro, Teoria pura do direito, Hans Kelsen, filósofo e jurista austriaco, faz um esforço de sistematizar o direito, estabelecendo bases metodológicas a fim de atribuir um caráter científico ao estudo do direito, instituindo que denominou de 'Ciência jurídica'. Sendo uma figura de autoridade na área, as teorias de Kelsen continuam sendo estudadas na contemporaneidade.

Em consonância com Kelsen, admitir o direito como ciência implica na fundamentação lógica, empírica e metodológica das normas jurídicas. Contudo, a inserção da constelação familiar no sistema jurídico brasileiro, uma prática marcada pela ausência de comprovação científica, origem polêmica, análise terapêutica subjetiva e não validada, desafia esse paradigma. Este artigo aborda criticamente essa interseção, ressaltando como a constelação familiar rompe com a cientificidade de Hans Kelsen, compromete os estudos metodológicos e introduz no ordenamento jurídico uma prática que promove instabilidade e insegurança.

Objetivo

Analisar a utilização da constelação no sistema jurídico brasileiro, evidenciando sua falta de respaldo técnico, origem controversa e como a prática compromete a epistemologia jurídica, no campo teórico, além de representar uma ameaça à segurança e à previsibilidade das decisões judiciais, bem como à integridade dos princípios e procedimentos jurídicos estabelecidos, no campo material.

Material e Métodos

Para realizar essa análise crítica, foram revisados trabalhos acadêmicos jurídicos e psicológicos, bem como fontes primárias que abordam a constelação familiar, tais como o livro 'Constelações familiares: o reconhecimento das ordens do amor' de autoria de Bert Hellinger, auto intitulado terapeuta e considerado o pai da Constelação Familiar e também o site oficial da instituição Hellinger ciencia GmbH & Co.

Além disso, foram analisadas publicações acerca do caráter científico do direito, em especial a obra de Hans Kelsen, 'A teoria pura do direito' em que relaciona ciência jurídica, metodologia e epistemologia.

Resultados e Discussão

A constelação familiar, embora popular enquanto prática terapêutica, carece de respaldo, apresenta fundamentos baseados em crenças metafísicas e argumentos pseudocientíficos que são sistematicamente rebatidos pela ciência.

Buscando identificar padrões de comportamentos e relacionamentos dentro de uma família, a prática é utilizada para elucidar questões emocionais e conflitos. Contudo, quando aplicada no âmbito jurídico, pode acarretar em consequências prejudiciais à segurança e estabilidade do sistema. A abordagem subjetiva e espiritual requer dos envolvidos um salto de fé que contrasta com o objetivo do direito de ser uma disciplina objetiva, racional e fundamentada em princípios lógicos. Podemos listar os problemas principais como sendo:

Falta de Base Legal / Jurídica Consistente

Subjetividade na Interpretação dos Resultados

Potencial de Violação de Direitos Fundamentais

Contraposição aos Princípios Jurídicos Estabelecidos

Precedentes e Jurisprudência Inconsistentes

Conclusão

Embora Kelsen trace distinção entre ciência jurídica e normas jurídicas, a constelação familiar representa um desafio para o ordenamento jurídico. Sua subjetividade compromete os fundamentos do direito.

É crucial uma reflexão aprofundada sobre a validade e a pertinência dessa prática, além de investimentos em pesquisas sistematizadas e, se, posteriormente, provado pertinente, uma regulamentação legal da prática, até então a constelação familiar deveria manter distância do judiciário.

Referências

BORGES, Bruna T.; AZEVEDO, Gilson X.; SANTOS, Kaio B. Constelação familiar sua influência para o direito de família brasileiro. Recife aqui, Quirinópolis, v. 1, n. 10, p. 78-91, 2020.

França, Mateus C.; Guagliariello, Marina G. Em Busca De Um Fundamento Científico: Uma Análise De Justificativas Do Uso Das Constelações Familiares Por Agentes Do Campo Jurídico (Se Houver)

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Marino, Sueli, & Macedo, Rosa Maria S.. (2018). A Constelação Familiar é sistêmica?. Nova Perspectiva Sistêmica, 27(62), 24-33. <https://dx.doi.org/10.21452/2594-43632018v27n62a02>

Teixeira, J. S. (2012). "O Direito como Ciência: Contribuições de Hans Kelsen para a Epistemologia Jurídica."